

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 10ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/4/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): Votação de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 842 a 854/2020; aprovação – Homenagem Póstuma – Orientações sobre a Votação Remota – Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 78/2020; emissão de parecer pelo relator designado; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 80/2020; emissão de parecer pelo relator designado; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 81/2020; emissão de parecer pelo relator designado; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 82/2020; emissão de parecer pelo relator designado; Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 83/2020; emissão de parecer pelo relator designado; Votação, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.661/2020; emissão de parecer pelo relator designado – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução n° 78/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução n° 80/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução n° 81/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução n° 82/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Projeto de Resolução n° 83/2020; aprovação – Votação nominal e remota do Substitutivo n° 1 ao Projeto de Lei n° 1.661/2020; aprovação – Votação de Pareceres de Redação Final: Designação de relator; emissão dos Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução n°s 78, 80, 81, 82 e 83/2020 e do Projeto de Lei n° 1.661/2020 pelo relator; votação remota dos pareceres; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor

Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte

Ata

– A presidência, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a considera aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Votação de Requerimentos

– Vêm à Mesa e são submetidos a votação remota e aprovados os Requerimentos Ordinários nºs 842 a 854/2020, cujos teores foram publicados na edição anterior, dos membros do Colégio de Líderes, em que requerem sejam realizadas reuniões especiais para as quais sejam convidados, respectivamente, os secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico; de Justiça e Segurança Pública; de Administração Prisional; de Planejamento e Gestão; de Fazenda; e de Saúde; e o Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; os Diretores-Presidentes da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig – e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG; o Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; os Comandantes-Gerais da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e o Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais para prestarem, pessoalmente, informações sobre gestão e atuação de suas secretarias e/ou órgãos no combate à pandemia de Covid-19, nos termos do art. 54 da Constituição Estadual.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência, em atenção à solicitação do deputado Duarte Bechir, comunica ao Plenário o falecimento do Sr. Francisco Carlos Ferreira Alves, prefeito municipal de Arantina, ocorrido na data de hoje, e faz aqui votos à família e também aos seus amigos e correligionários por essa perda tão importante para o Município de Arantina e Minas Gerais.

Orientações sobre a Votação Remota

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação nominal e remota pela plataforma do Silegis, na aba “Votação”, onde o parlamentar deverá inserir a senha da reunião, previamente informada;
- 2) Para cada proposição constante na pauta serão feitas duas chamadas de votação e os parlamentares terão o prazo de 1 minuto e 30 segundos para registrarem seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco”;
- 3) Concluído o processo de votação remota de cada proposição pela plataforma do Silegis, não será permitida retificação de voto;

4) A presidência concederá a palavra aos parlamentares para declaração de voto, por até 2 minutos, somente após o término das votações. Para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que façam sua inscrição pelo *chat online*, escrevendo expressamente “declaração de voto”, a partir deste momento.

5) Serão apreciadas apenas as emendas protocoladas até 4 (quatro) horas antes do horário previsto para início da reunião;

6) Para qualquer esclarecimento quanto ao processo de votação remota ou para assistência de suporte tecnológico, os parlamentares têm à disposição dois canais de comunicação institucional: o telefone fixo (31) 2108-7575 e o WhatsApp (31) 99944-4284.

Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78/2020, da deputada Rosângela Reis, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Ipatinga em decorrência da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 78/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80/2020, do deputado Inácio Franco, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Pará de Minas em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 80/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81/2020, do deputado Sargento Rodrigues, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Uberlândia em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 81/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82/2020, do deputado Mauro Tramonte, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Sarzedo em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 82/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Ouro Fino em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo

coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 83/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.661/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de máscaras cirúrgicas para consumo nos estabelecimentos comerciais do Estado durante o período de pandemia de Covid-19. Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, o projeto passou a tramitar em turno único e vem ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, designou relator da matéria o deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.661/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Esta presidência parabeniza V. Exa. pelo brilhante trabalho na formulação dos pareceres dos diversos projetos, principalmente desse projeto do uso das máscaras, acatando sugestões de vários deputados, ouvindo também diversos setores para chegar a esta conclusão.

A presidência vai submeter as matérias a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Projeto de Resolução nº 78/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Delegada Sheila.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 68 deputados. Votou “não” 1 deputada. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 78/2020. À redação final.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 80/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Delegada Sheila.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Votou “não” 1 deputada. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 80/2020. À redação final.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 81/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Delegada Sheila.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Votou “não” 1 deputada. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 81/2020. À redação final.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 82/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel

Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Delegada Sheila.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 69 deputados. Votou “não” 1 deputada. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 82/2020. À redação final.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 83/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

Delegada Sheila.

– Registra “branco”:

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 70 deputados. Votou “não” 1 deputada. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 83/2020. À redação final.

Em votação, o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.661/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando

Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 71 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.661/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – A presidência designa relator o deputado Ulysses Gomes para emitir os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 78, 80, 81, 82 e 83/2020 e do Projeto de Lei nº 1.661/2020. Com a palavra, o deputado Ulysses Gomes, para emitir seu parecer.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 78, 80, 81, 82 e 83/2020 e do Projeto de Lei nº 1.661/2020 foram publicados na edição anterior.

O presidente – Em votação, os pareceres. As deputadas e os deputados que os rejeitam, manifestem-se pelo *chat online*. Daremos 1 minuto para essa manifestação.

– Procede-se à votação.

O presidente – Vencido o prazo de 1 minuto sem manifestação, estão aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 78, 80, 81, 82 e 83/2020. À promulgação. Está também aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.661/2020. À sanção.

Declarações de Voto

O deputado Sargento Rodrigues – Boa tarde, presidente; boa tarde, meus colegas deputados e deputadas. Presidente, eu queria cumprimentá-lo, mais uma vez, pelos trabalhos da Assembleia, mas, de forma muito especial, dizer que nós ingressamos com um ofício ao procurador-geral de Justiça, nesta segunda-feira, solicitando providências para que não permita os abusos de autoridade cometidos por alguns prefeitos aqui, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Hoje nos deparamos com uma notícia publicada nos jornais, segundo a qual o promotor de justiça Paulo de Tarso, da Promotoria de Defesa do Consumidor, ingressou com uma ação, e houve um deferimento por parte do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal, suspendendo o decreto municipal do prefeito de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, que tem parecido muito mais um ditadorzinho tentando violar a Constituição, principalmente nos direitos e garantias fundamentais. Olhe, presidente, eu disse na última declaração de voto e vou repetir que o estado de calamidade pública não pode ser confundido com estado de sítio ou estado de defesa, como preveem aí esses institutos da Constituição Federal. Nós temos que deixar claro que é possível tomar todas as medidas preventivas no enfrentamento do coronavírus sem ferir as liberdades democráticas, as liberdades dos direitos e garantias fundamentais que estão previstas no art. 5º. Por outro lado, presidente, é necessário que os cidadãos brasileiros tenham plena consciência: em primeiro lugar, a vida. Devemos defender a vida e a saúde, mas estamos chegando a uma situação em que é necessário buscar um ponto de equilíbrio, buscar uma conciliação. Esse Projeto nº 1.661, que acabamos de aprovar hoje, presidente, vai trazer uma forma muito melhor de disciplinar para que outras atividades comerciais possam, inclusive, ser abertas. É necessário, presidente, que nós tenhamos também esse zelo e esse cuidado com a atividade econômica para que o cidadão, aquele que depende do seu salário, não venha a morrer de fome. Precisamos equilibrar e conciliar a prevenção da saúde, o enfrentamento do coronavírus, mas de forma gradual, consciente, obedecendo a regras, inclusive a essa que

acabamos de aprovar, presidente, do PL nº 1.661. Nós temos que ter uma atenção especial com o emprego e a renda dos chefes de família. Fica aqui o meu desabafo, ao mesmo tempo parabenizando a Assembleia pela aprovação do PL nº 1.661. Muito obrigado, presidente.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Boa tarde, presidente e caríssimos companheiros. Quero saudar todos os nossos assessores e dizer que estou aqui, na minha querida (- Falha na transmissão do áudio.) Quero agradecer a V. Exa. por ter colocado em pauta o Projeto de Resolução nº 38, de estado de calamidade da minha cidade. Aproveito também para cumprimentar o prefeito Maurício, muito diligente, um prefeito médico, preocupado com toda a população e que tem agora, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa, as suas ações ratificadas, buscando saúde da melhor qualidade para o nosso povo. São nesses momentos importantes que a Assembleia tem cumprido o papel. Quero também cumprimentá-la e também esclarecer aos prefeitos a importância de a Assembleia, caríssimo presidente, ter ratificado, com certeza, os decretos de calamidade, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 65, e a importância do papel do Parlamento mineiro para todos os municípios que estão vivendo o estado de calamidade pela Covid-19. Quero também, presidente, agradecer a V. Exa., através do Colégio de Líderes, por ter, inclusive, aceito a nossa sugestão para trazer aqui, na nossa Casa, o presidente do BDMG. Sabemos da importância hoje dos recursos que são destinados a todos os empresários e microempresários em decorrência deste momento tão importante. Então, além de fazer esse meu agradecimento, quero também enaltecer a importância do Dr. Sérgio Gusmão, presidente do BDMG, para todos os empresários que, com certeza, estão aguardando a liberação de recursos para tocar os seus negócios e os seus empreendimentos tão importantes a todos nós. Ao meu querido povo de Ouro Fino, a nossa homenagem. Obrigado, presidente. Obrigado a todos os deputados que votaram favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 38. Muito obrigado, presidente.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, presidente. Muito boa tarde, colegas deputados. Parabéns aos colegas pelos projetos aprovados aqui, hoje, para o enfrentamento ao coronavírus. Queria, presidente, fazer um apelo à Mesa, a V. Exa. e a aos líderes para que pudessem considerar os projetos que tenho apresentado também no enfrentamento ao coronavírus. Inclusive, hoje protocolei um projeto derivado de reivindicação dos artistas. Como há essa questão do isolamento, os artistas não estão podendo se apresentar e não estão podendo trabalhar. Apresentei um projeto, presidente, que cria aí um processo simplificado de edital para fazer com que os artistas possam trabalhar de maneira remota também em transmissões on-line, e o recurso está lá garantido. São R\$11.000.000,00 que já estão na Lei Orçamentária Anual. A gente está propondo um processo simplificado. Aí, o artista só teria que comprovar mesmo a sua atividade, a sua atuação. O BDMG já teve um edital semelhante, que atendeu, pelo que me parece, 10 projetos. Então, o estado tem essa expertise, há o recurso na lei orçamentária. O que a gente precisa, então, é aprovar esse projeto, e o Estado, implementar. Como hoje não há o secretário de Estado, acho que o governo não vai trabalhar essa matéria com prioridade. Aí, faço apelo à Assembleia. Há também, presidente, projeto nosso que suspende a cobrança do consignado. Há muito servidor que fez empréstimo consignado em instituição financeira. O Estado agora anunciou a suspensão do pagamento de 1/3 de férias, a suspensão do abono fardamento, salário parcelado, 13º salário ainda não foi pago. A cobrança do consignado continua não acontecendo. As instituições financeiras têm a melhor vida financeira. Não passam aperto nenhum os bancos, essas operadoras de crédito. Então, acho que o Estado deveria suspender por um prazo a cobrança do consignado. Também apresentei um projeto estendendo a pensão por morte até o valor integral do salário daqueles servidores, especialmente da saúde, que forem acometidos pelo coronavírus no exercício do trabalho. Lembrando, no início da crise da pandemia, apresentei um requerimento solicitando que o Estado pagasse o teto do abono da insalubridade para os profissionais da saúde de 40%. Olhem que estamos vendo a insatisfação da enfermagem porque os médicos receberam um valor... É claro que está explicado. Está na lei que votamos. Mas, acima de tudo, precisamos, mais do que homenagem, ter ação concreta em apoio aos trabalhadores da saúde. Então, presidente, faço um apelo para que V. Exa. possa analisar com os nossos líderes quais projetos desses que tenho apresentado que podem ser pertinentes para fazermos o debate com os colegas. No mais, parabéns! Parabéns pela condução. A Assembleia está dando um show de produção nesse processo. Obrigado.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputados, servidores e pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia e pelo portal. Quero fazer a minha declaração de voto sobre o PL nº 1.661, de 2020, que torna obrigatório o uso de máscaras de proteção facial. Como liberal, defendo sempre a liberdade, mas a liberdade com responsabilidade. Então, a nossa liberdade vai até onde começa a liberdade do outro. É importante, pois a gente já viu em uma série de outros países e mesmo em recomendações da própria Secretaria de Estado de Saúde no que tange ao uso das máscaras de proteção facial como uma medida auxiliar para reduzir o contágio do coronavírus, do novo coronavírus da Covid-19. Então, acho muito importante a aprovação deste projeto hoje pela Assembleia e parabênzo, além do autor, o relator do projeto pelo Substitutivo nº 1, que trouxe uma mudança importante. O projeto original estabelecia que era obrigatório o uso de máscaras cirúrgicas, que têm um custo muito mais elevado e cuja oferta hoje é restrita no mercado. Então, é importante que elas estejam disponíveis para os profissionais da saúde; e, para as pessoas nos demais estabelecimentos, os cidadãos comuns, existe a possibilidade da utilização das máscaras caseiras ou máscaras artesanais. Eu mesma tenho uma máscara caseira, uma máscara artesanal que adquiri de forma voluntária antes mesmo da aprovação da lei e, quando há a necessidade extrema de eu sair de casa, utilizo-a para proteger as pessoas que estão a meu redor, para me proteger - é uma ação de cidadania. Além disso, a produção dessas máscaras caseiras, feitas com tecido, pode ajudar também o aquecimento econômico de pessoas hoje que estão com a renda reduzida. São autônomos, facções têxteis e costureiras que podem, utilizando as recomendações que já foram dadas pela Secretaria de Estado de Saúde e pelos órgãos competentes, produzir essas máscaras caseiras ou artesanais de forma segura. Então, parabéns, mais uma vez, a toda a Assembleia pela aprovação. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, muito boa tarde aos colegas. Eu fiz questão de estar presente hoje para que possa falar olhando para o senhor. Eu tenho tentado, desde a manhã, conversar com V. Exa. sobre uma manifestação à Mesa desta Casa. Esta é a Casa do diálogo, esta é a Casa do equilíbrio, esta é a Casa do respeito a todos os parlamentares. Somos 77 aqui. V. Exa. é o presidente que representa a todos nós. Eu vou me retirar já que o simbólico de falar olhando para o senhor já foi feito; vou-me colocar aqui ao lado para não atrapalhar com a microfonia. Então, Sr. Presidente, quero-lhe dizer que esta (- Falha na transmissão do vídeo.) do entendimento. Eu estou desde a manhã tentando falar com V. Exa. como presidente do Poder. Compreendo que o senhor possa não atender os deputados em muitos momentos, quando não é possível, mas eu busquei uma manifestação oficial da Mesa sobre uma questão legal. Nós estamos em uma Casa de lei e, em uma Casa de lei, nós temos que seguir a lei; a lei tem que ser clara, tem que ser cristalina para o entendimento de todos. Eu gostaria de entender, presidente – e nada mais do que isso, não entendo o motivo de (- Falha na transmissão do vídeo.) -, qual o caminho legal que foi construído para que nós tivéssemos a escolha de deputados para serem autores dos projetos de lei que estão sendo apresentados quanto às calamidades públicas. Eu fiz esse questionamento na semana passada, recebi uma orientação da Mesa diretora desta Casa, cheguei a conversar com V. Exa. a respeito dessa questão, cumpri todos os precedentes como me foi orientado, e, hoje pela manhã, o que havia sido orientado não foi cumprido, não foi estabelecido. Quando perguntei para a Mesa diretora da Casa que caminho que tinha levado a isso, não souberam me explicar. A frase que recebi de volta... Perguntei claramente: “Com qual base legal e jurídica isso está sendo construído? Qual foi a determinação? Qual é a normativa? Qual é o número do ofício expedido pela Mesa diretora, pelo presidente?”. Isso para a gente poder se orientar. Orientação verbal, eu dou na minha casa, aos meus filhos, não dentro do Parlamento; dentro do Parlamento, estamos todos sob o império da lei, e todos devemos seguir a lei. Então, não entendo, presidente, o tamanho da irritação com um questionamento tão simples de um deputado que veio aqui pessoalmente para tentar compreender o caminho jurídico em que estamos. Por mais que eu tenha ouvido do senhor, antes da reunião, que estamos em estado de exceção, presidente, nem o poder quase imperial da sua caneta lhe permite isso. Estamos ainda sob a égide do Estado Democrático de Direito. V. Exa., como presidente da Casa, tenho certeza, há de ser, dentro da racionalidade, o maior defensor dele. Não estamos em Estado de exceção. Estamos no Estado Democrático de Direito. Como parlamentar eleito por mais de 75 mil mineiros, eu gostaria apenas, apenas, de uma explicação legal. Eu gostaria e acho que ela poderia me ter sido dada. Não precisaria pedir isso aqui. Se fosse respeitado aquele que é o maior valor do Parlamento, que é o diálogo, que é o respeito às pessoas,

que é ouvir as pessoas, que é dialogar com os parlamentares. Então, presidente, lamento profundamente a maneira como esse processo está sendo conduzido. Esta é a Casa do diálogo, é a Casa do entendimento. Não é com grito, não é com (- Falha na transmissão do vídeo.) Não é falando alto, porque aí ninguém (- Falha na transmissão do vídeo.) a respeito desse assunto há alguns dias. Esse direito tem sido negado. Hoje eu descumprí inclusive o que eu tenho cumprido rigorosamente. Vim aqui, pessoalmente, para tentar entender. Creio, presidente, não ser muito pedir apenas (- Falha na transmissão do vídeo.) que me expliquem o caminho legal (- Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Parece que tivemos problema com a transmissão. Vamos ouvir agora, com muito carinho, o deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente Agostinho Patrus, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, pela liderança que exerce, juntamente a todos nós. Tem sido brilhante. Mas quero aqui, num minuto, rapidamente, parabenizar o deputado Alencar da Silveira pelo projeto de lei, que agora é lei, para uso das máscaras, bem disciplinado pelo relator. Nós acompanhamos o relator, parabenizamos o Alencar e também o Ulysses Gomes. Quero também louvar o trabalho e parabenizar o desempenho do nosso ministro da Saúde e de toda a sua equipe pelo brilhante trabalho que tem prestado até aqui. Neste momento, estamos vivendo um clima de pandemia e, ao mesmo tempo, de pandemônio. Por essa complicação, por esse conflito, parece que o nosso ministro está na fase de despedida. Se isso acontecer, nós lamentamos muito. De qualquer forma, é o presidente que decide. Espero que tenha uma indicação não partidária. Que seja um homem de ciência. Parece que o que já está lá, em entendimento com ele, é uma pessoa de alto nível, que vai seguir os caminhos da ciência, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde. Quando a gente fala em Organização Mundial de Saúde, em ciência, nós nos lembramos do brasileiro Dr. Miguel Nicolelis, que é conhecido por todos. Até já há cogitação de indicação, para ele ser indicado para o Prêmio Nobel de Medicina. Ele é um especialista que já está nos Estados Unidos há mais de 25 anos. Há 30 anos - nesse minuto, já vou terminar. Quero dizer que ele é especialista em neurobiologia e em engenharia biomédica. Ele tem uma equipe que fez um estudo. Isso é muito importante. É uma equipe, da Universidade Duke, onde já está há mais de 20 anos. Falam da educação para a vida, desde o pré-natal. Esse homem está em contato com o mundo inteiro, estudando o coronavírus também. Está com um projeto para apresentar o modelo, que está terminando, aos governadores do Nordeste. O modelo, na minha opinião, certamente é para apresentar como coadjuvante às orientações do Ministério Público que, enfim, é da Organização Mundial de Saúde. Ele é uma pessoa que, na verdade, tem uma grande experiência e conhece toda essas mazelas políticas e da ciência. Nós entendemos que temos de olhar esse binômio saúde e economia. Mas quando se trata do vírus que não conhece político, que não conhece ser humano nenhum, que não conhece toda escala zoológica, e que está matando muita gente no mundo ou que ainda vai matar, temos que acreditar nos indicadores, através dos perfis de morte daqueles que estão contaminados, e atender a todo esse trabalho que está sendo desempenhado no mundo. Sempre que fazemos um estudo comparativo, observamos que a nossa curva sempre acontece depois de um mês e meio a dois. Então queria louvar, exaltar esse cientista que tem dado várias entrevistas na imprensa e que tem uma biografia muito bonita. A gente pede licença, data venia, sei que a maioria dos nossos colegas está seguindo tudo isso, mas peço que se atentem a isso pelo computador. Ele é um belo indicador de orientações quanto à vida, à saúde, desde o pré-natal até a morte. Estamos então numa guerra contra a morte e a favor da vida. Logicamente os problemas econômicos serão regulados. O próprio governo, e quero parabenizar o nosso governo pela regulação, tem buscado investimento e buscado suportar essa crise. A Assembleia também é companheira em todos esses projetos que vêm disciplinar e regular a situação durante a crise. Agradeço ao presidente e termino deixando um abraço a todos os companheiros. Que Deus abençoe o povo brasileiro!

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputado Dr. Hely. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Boa tarde, presidente Tadeu. Queria cumprimentar também o relator, deputado Ulysses Gomes, na pessoa de quem cumprimento todas as deputadas e deputados. A Assembleia hoje, em mais uma votação remota, vem

reafirmando o seu compromisso com o princípio da prevenção, da precaução, do isolamento social, com o objetivo de evitar a propagação do contágio e a sua massificação. Dessa maneira, podemos prolongar, retardar o pico da pandemia, e, com isso, garantirmos que o sistema de saúde se adéque e se prepare para os casos mais graves, principalmente naquilo que se refere à disponibilidade de leitos clínicos e também de leitos de UTI. Portanto essas medidas são muito importantes, e a Assembleia, com serenidade, com responsabilidade, tem cumprido o seu papel. Agora é importante, além desses mecanismos de prevenção e precaução com o isolamento social, que possamos acelerar o processo de testagem aqui em Minas Gerais. Isso é muito importante porque o acompanhamento da curva epidemiológica depende muito dessa ampliação de testagem. Hoje existem praticamente 70 mil casos suspeitos, e a capacidade diária de testagem é de cerca de mil testes, então pode estar ocorrendo inclusive uma subnotificação de casos, o que compromete essa análise da curva epidemiológica e também as próprias medidas que o Estado tem que tomar para fortalecer o atendimento na rede pública e privada de saúde. Portanto estamos aqui cobrando medidas mais efetivas que acelerem essa testagem e cobrando do governo federal também um aporte maior de recursos para a saúde, nos estados e nos municípios, e que o Estado também possa buscar alternativas. Existem várias empresas que devem ao governo de Minas e que têm processos de compensação, reparação e indenização em curso. Então, concluo inclusive lembrando que a Vale, que cometeu a tragédia criminoso de Brumadinho, também tem agora que acelerar esse processo, junto ao Estado, de pagamento do prejuízo financeiro que ela trouxe. Infelizmente, o prejuízo das 272 mortes, este é irrecuperável. Portanto, presidente, eu concluo cobrando do governo de Minas. Vamos acelerar essa testagem e não vamos correr mais esse risco de uma subnotificação, que pode comprometer as medidas necessárias. No mais, um grande abraço. Parabéns a todos.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, deputadas, deputados, mais uma vez volto fazendo essa declaração de voto para reafirmar o compromisso deste deputado com todos os assuntos voltados a Minas Gerais, principalmente nesse momento que estamos vivendo, da Covid-19. Presidente, eu apresentei um requerimento para ser encaminhado ao governador do Estado sobre o decreto apresentado por ele. Que a remuneração temporária dos médicos se estenda a todos da área da saúde, como os enfermeiros, os auxiliares de enfermagem, enfim, todos. Sabemos que eles têm um papel fundamental para que a gente possa sair desse momento, pois dão um auxílio total aos médicos. Então, peço que reforce junto ao governador, para que estenda esse decreto apresentado. Sr. Presidente, também venho aqui parabenizar o governo do Estado pela notícia da volta do Hospital Regional de Governador Valadares. Mas não posso deixar aqui, presidente, de pedir ao governador que olhe com muito carinho a volta também do hospital de Teófilo Otôni, que é hoje a cidade-mãe de toda a região, que V. Exa. conhece bem. Hoje nós não temos nenhum hospital de Salto da Divisa descendo até próximo a Teófilo Otôni. Até Teófilo Otôni são quase 6 horas de distância por carro. Então, acho que é importante sim, voltar com os hospitais regionais. Mas peço mais uma vez que volte com as obras também de Teófilo Otôni, que atendem não apenas essa cidade, mas todas as cidades ao seu entorno, como as cidades de Mucuri. É um hospital que atenderá também o Médio, o Baixo e o Alto Jequitinhonha. São as palavras de hoje, presidente. Uma boa tarde a todos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente Tadeu, acho que há um microfone ligado aí, algum outro que não seja o meu. Peço ao pessoal da área técnica que olhe isso na fala do deputado Gustavo Santana, onde apareceu. Mas, vamos lá, Sr. Presidente! Eu gostaria primeiro de agradecer aos companheiros o voto favorável; agradecer ao relator, que acatou todas as nossas sugestões de mudança. Eu quero explicar a todos os companheiros e aos telespectadores da TV Assembleia, que eu criei, que esse projeto, quando foi apresentado, falava de máscara cirúrgica, logo no início. O comércio todo estava aberto, as drogarias estavam abertas, as pessoas estavam atendendo os seus clientes sem máscara, o que causava um desconforto muito grande. Nós colocamos o seguinte: hoje nós temos a máscara artesanal. E faço aqui um adendo, um apelo ao prefeito de Belo Horizonte e ao governador de Minas para liberarem a abertura dos armazéns e das lojas de tecido, para que possam ser comprados os tecidos e para que as costureiras desenvolvam as máscaras em casa. Fica aqui. Eu espero que o governador Zema autorize a abertura dessas duas lojas. Aí eu quero parabenizar o prefeito Kalil, que está cuidando de vidas, que está preocupado com as vidas, mas eu tenho a certeza de que com esse projeto aprovado agora nós vamos começar a abrir o comércio gradativamente. Eu não tenho dúvida. Quero lembrar que

está na hora de o governo começar a liberar máscaras aos trabalhadores da segurança pública. Não adianta haver a guarda municipal, a guarda em vários municípios, o pessoal da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, se não têm máscaras para trabalhar. Eu acho que os representantes da segurança pública já deviam estar preocupados com isso. Lembro também, Sr. Presidente, que nós, uma semana antes de começar essa onda de máscaras, gravamos um vídeo e recebemos da República Tcheca, de parlamentares daquele país, que mandavam para o Brasil... Nós mostrávamos a necessidade do uso dessas máscaras. Nós fizemos o vídeo, soltamos na rede social, e ainda apresentei uma máscara que era do meu filho Arthur, da Baby, uma moda que tem aí, e que era para todo mundo começar a pensar em usar as máscaras. E hoje é lei. Então, não adianta, porque o prefeito está impondo, hoje é lei, e todos precisam usar, principalmente aqueles... Eu gostaria de lembrar de colocar, Sr. Presidente, que nós estamos apresentando um projeto aqui na Casa que prevê o controle pelas câmeras da temperatura da população nos terminais urbanos, na porta da Assembleia. Então já fica aí a sugestão que nós temos que estabelecer com urgência o controle de temperatura dessas pessoas. Estou finalizando, agradecendo e solicitando que, na próxima semana, possamos também aprovar o projeto que proíbe a apreensão de veículos em razão de IPVA atrasado neste período. As pessoas não estão aguentando comprar comida, porque não têm dinheiro. Então, quem não pagou não vai pagar o IPVA nesta hora e está precisando transitar com os seus veículos. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço a todos. Nós apresentamos sempre projetos que mudam o costume da população mineira. Obrigado.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Muito obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Cumprimento V. Exa. pela autoria do projeto votado no dia de hoje. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente Agostinho Patrus, apresentamos ontem um requerimento ao governador, e eu gostaria da sua provação, o mais rápido possível, e o envio, para que ele possa fazer novo decreto autorizando gratificações aos demais profissionais da saúde dos hospitais públicos estaduais. Eu, que sou médico, fiquei satisfeito com a gratificação para os médicos, mas realmente nós, médicos, sem os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os farmacêuticos, os recepcionistas, o pessoal da limpeza, os fisioterapeutas, os porteiros, não conseguimos exercer adequadamente o nosso serviço. Então, ontem, eu estava com o pessoal do Coren, com o pessoal do Crefito, com os técnicos em radiologia, com o advogado Samuel Viana, quando a gente tomou essa decisão. Eu gostaria muito da sua aprovação o mais rápido possível. Além disso, também estou apresentando hoje outro requerimento a respeito do hospital da Unimontes, que não faz parte da estrutura da saúde, faz parte da estrutura da educação, e, com isso, acaba ficando de fora de algumas situações. A gente precisa atender aquele pessoal também. Por último, vamos apresentar um requerimento pedindo que o senhor mande para o ministro da Saúde – não sei se o atual ou o próximo. Na montagem agora de novos leitos de UTIs, eles inclusive modificaram o preço. Eu falo o tempo todo que a tabela do SUS não paga os custos na maioria dos procedimentos e principalmente nos leitos de UTIs. Eles, então, publicaram uma portaria em que esses novos leitos vão ser pagos a R\$1.600,00 por dia, só que isso vai ser pago se o leito estiver ocupado. Se por acaso, se a gente torcer para não haver gente com coronavírus para ser internada lá, a equipe não tem jeito, ela terá que estar lá. Então, na hora em credenciarem os dez leitos, que se paguem os dez leitos, se eles estiverem ocupados ou, felizmente, se não estiverem. Então, nesta declaração de voto, estou colocando esses três requerimentos. Um está pronto; daqui a meia hora eu entregarei os outros dois para que o senhor possa também nos ajudar, com a mesma agilidade que Assembleia está tendo para votar e para responder aos mineiros as ansiedades que, às vezes, o governo do Estado não está tendo ou até algumas prefeituras. Muito obrigado.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, presidente Agostinho; boa tarde, colegas deputados que estão em Belo Horizonte. Falo, mais uma vez, aqui de Montes Claros. Eu quero fazer duas colocações, presidente, que são quase uma questão de ordem para V. Exa. Eu assisti ao deputado João Vítor reclamando da forma como são indicadas as relatorias. Eu entendo que isso não tem muita importância neste momento. Acho que a relatoria tem que ficar com algum deputado que mora aí na capital, que fica aí em Belo Horizonte, e que possa relatar. Eu mesmo não gostaria de sair de Montes Claros para ir aí fazer só uma relatoria. Acho que V. Exa. está correto nas suas indicações e não há motivo para tanta indignação por um ato administrativo tão simples. Outra questão, presidente, que acho importante: o secretário de Saúde, ontem, disse que estava muito preocupado com duas regiões de Minas Gerais.

Nós estamos sabendo que os números de Minas Gerais são muito bons em relação a outros estados brasileiros. Infelizmente temos mortes, mas são poucas mortes em relação a outros estados, e eu acho que está havendo um controle social muito grande aqui em Minas Gerais. Mas ele falou que duas regiões o estavam preocupando: a região do Jequitinhonha - são pouquíssimos leitos de UTI para uma região tão vasta - e a região do Mucuri. Eu concordo com o secretário, mas concordo também que é necessária uma ação da secretaria para dotar essas regiões com mais leitos - se está deficiente, tem que trazer mais leitos. E a outra questão, presidente, é a da região do Norte de Minas. Nós temos aqui um vazio muito grande. São poucos casos - infelizmente Montes Claros registrou o quarto caso confirmado de coronavírus -, mas nós temos mais de 500 exames a serem analisados. Então, é preciso também que o secretário - já foi dito isso a ele, e peço a V. Exa. que nos ajude - dê prioridade às regiões do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri. Por fim, presidente, as nossas emendas. Nós estamos lutando, passamos dinheiro para o governo do Estado, e até agora nada, zerinho - as emendas não foram depositadas para ajudar a nossa região. Então, eu gostaria que o senhor interviesse junto ao governo do Estado e falasse: "Olhe, a Assembleia está cumprindo, os deputados estão abrindo mão de consertar um posto de saúde para trazer o dinheiro para o custeio, de tirar dinheiro de obras para passar para o custeio". É necessário que esse dinheiro chegue aos municípios. Ainda ontem a secretária de Saúde de Montes Claros falou que recebeu uma doação de uma empresa e teve que transformar essa doação, mudar o destino dessa doação para comprar insumos para fazer os exames aqui da nossa região. O hospital universitário de Montes Claros foi habilitado para fazer um exame, mas não tem insumo. Isso custa caro, e, se as nossas emendas entrarem agora, se elas forem depositadas rapidamente, esses recursos serão usados para o custeio das ações básicas dos municípios. Então, ficam aí as minhas colocações. E a segunda questão de ordem é que eu recebi um comunicado da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec -, dizendo que não é necessário entrar com esses projetos. Na Prefeitura de Montes Claros, o procurador falou: "Carlos, como é isso? Eu estou recebendo esse comunicado da Cedec dizendo que automaticamente todos os municípios já estão em reconhecimento de estado de calamidade". Então, está-se criando essa dúvida. Por gentileza, tire essa dúvida, oriente os deputados, oriente as prefeituras, dizendo se nós temos que apresentar os projetos ou não. Se tivermos, amanhã mesmo eu pedirei a V. Exa. que entre com um projeto de reconhecimento de calamidade pública de Montes Claros, porque a nossa cidade deve ser a única do Norte de Minas, no 2º maior entroncamento rodoviário do Brasil, e a cidade ainda não apresentou o projeto de calamidade pública, porque está sendo gerada essa dúvida sobre se tem ou não que apresentá-lo. Um grande abraço, presidente. Que Deus nos ajude, que Deus proteja o nosso povo de Minas Gerais. E até semana que vem, se Deus quiser.

A deputada Celise Laviola - Boa tarde, presidente; todas as deputadas e deputados; e todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. Presidente, eu vou falar que votei favoravelmente, que essa é a minha posição, inclusive com referência aos projetos de resolução, à importância que eles têm e também à questão do projeto do deputado Alencar, pois eu defendo muito o uso de máscara, acho que é importante. Se a gente quer que haja qualquer volta, qualquer funcionamento e que a economia volte a funcionar, tem que ter todas as medidas de precaução para evitar uma tragédia e um pico que leve ao colapso da saúde do nosso estado. Mas eu vou mudar um pouco a minha fala. O colega que me antecedeu falou sobre a questão da autoria dos projetos de resolução. Eu ainda não tive nenhum apresentado de minha autoria, mas eu tenho solicitados. Eu acho que, se a gente procura o município, pede que envie, pede que atenda a Assembleia e pede à Assembleia que faça o projeto, por que não termos a autoria do projeto? Eu acho que cada deputado deve se atentar à sua ação parlamentar, deve se preocupar com a sua ação parlamentar. Então eu acho que é muito natural, acho que o senhor está fazendo perfeitamente o que deve ser feito. Acho que o senhor atende de forma perfeita essa nossa vontade e essa nossa demanda. Então parabéns ao senhor mais uma vez por acatar as demandas apresentadas e solicitadas pelos deputados. Então fica aqui a minha fala com relação à questão de autoria dos projetos de resolução. Eu entendo, presidente, que o senhor está corretíssimo. Na minha visão, o senhor está agindo da melhor maneira possível, da melhor maneira. Eu acho que a atitude do senhor é a melhor possível. Cada deputado tem o direito de pedir os seus projetos, sim. Eu acho que o senhor está corretíssimo. Agora queria falar de uma coisa muito importante. Nós ontem recebemos uma notícia muito importante - o senhor deveria estar na reunião conosco, mas não pôde comparecer -, que é com relação ao Hospital Regional de Governador Valadares. Eu queria agradecer

a todos os colegas que participaram com empenho nessa questão: o presidente, o nosso líder Gustavo Valadares; o deputado João Magalhães, que é votado comigo na região; o deputado Coronel Sandro; os deputados Braulio Braz e Sargento Rodrigues, que estiveram lá conosco; o deputado federal Hercílio Diniz, que muito se empenhou comigo nessa questão; o deputado Mauro Lopes, muito frequente em nossa região também e empenhado nessa questão; Euclides Peterson; Leonardo Monteiro; Wilson, da Fetaemg; Paulo Abi-Ackel, que também esteve na reunião conosco lá e também é votado na região. Então esse nosso trabalho, esse nosso empenho, trabalho que é feito de forma coletiva, rende esforço. Então queria agradecer ao governo do Estado por essa intervenção junto à Renova e agradecer principalmente ao nosso povo atingido, que está conseguindo que a Renova reverta realmente o dinheiro da tragédia de Mariana, o dinheiro das indenizações em bens comuns que atendam toda a comunidade atingida. Então essa é uma vitória dos atingidos. Nós que moramos lá na região sabemos que a vitória é nossa e nós queremos agradecer a todos os atores desse processo: o governo do Estado; todos os deputados, inclusive o senhor, presidente; todos os deputados federais também; e, principalmente, o pessoal que faz parte do CIF, que participou ativamente disso, como a prefeitura, a Associação Comercial de Governador Valadares, a Fundação (- Falha na transmissão do áudio.), todos no processo tiveram uma participação muito significativa, e ontem veio a vitória. Então parabéns para o senhor, para o deputado Gustavo Valadares, para todos os que estavam na reunião ontem e principalmente parabéns para o nosso povo da região, que está recebendo, com justiça, o que a Renova já deveria ter feito por todos eles. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise Laviola. Agradeço as colocações de V. Exa.

A presidência, de acordo com a nossa resolução, tem a liberdade de escolher o relator de cada um dos projetos. Quanto aos projetos de calamidade, a presidência têm seguido a ordem dos majoritários. Aquele deputado que é o majoritário naquele município relata o projeto. A não ser que ele não queira, chama-se o 2º, o 3º, o 4º, e assim por diante. Portanto, relatores de projetos de calamidade são sempre os majoritários em cada um dos municípios, embora não seja necessário uma regra, porque essa é uma decisão discricionária e única do presidente da Casa.

Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Raul Belém.

O deputado Raul Belém – Boa tarde, presidente; boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Por falar em relator, eu quero cumprimentá-lo, presidente, pela belíssima escolha do deputado Ulysses Gomes para relatar o Projeto de Lei nº 1.661/2020. Quero agradecer ao relator por esse substitutivo brilhante, que contemplou as matérias inerentes à questão do uso da máscara, que, no meu entender, é uma medida extremamente importante não só para o momento. Daqui para frente, o que o País vai viver, nós usaremos máscara por muito tempo. Teremos que tomar todos os cuidados, todas as cautelas, para que o País, para que o nosso estado volte às atividades dentro da normalidade, dentro do equilíbrio. Eu sei que muitas pessoas estão ansiosas para que isso aconteça, mas é importante que medidas como essa, projetos como esse, aprovado hoje, na Assembleia de Minas, possam se tornar lei e possam, sem dúvida alguma, gerar resultado. Eu estou aqui, em Araguari. Ontem mesmo nós tivemos um trabalho de distribuição de máscaras no mercado municipal, e as pessoas estão conscientes. As pessoas estão sabendo que é extremamente necessário agir dessa maneira para se proteger e para proteger o próximo. Presidente, a minha fala também é direcionada ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Nós apresentamos um projeto solicitando que o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais possa dar uma carência aos municípios que são devedores do banco durante este período de pandemia, Sr. Presidente. Então é uma solicitação dos prefeitos. A gente tem visto a luta de cada prefeitura, em que cada centavo é importante neste combate à pandemia. Os prefeitos tentando segurar as suas folhas de pagamento. Não é à toa que nós estamos aqui aprovando, todos os dias, declaração de calamidade nos municípios, para que seja flexibilizada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então nós entendemos que é extremamente importante o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais dar a sua contribuição. Essa carência é importante, para que os municípios possam ter recurso suficiente neste momento em que cada centavo faz a diferença, representa saúde, representa um leito, representa um enfermeiro, um médico a mais. Então nós contamos muito com que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu

quero aqui dizer aos prefeitos, às autoridades públicas do Estado de Minas Gerais, que nós possamos nos unir, que nós possamos lutar para que a população de Minas Gerais possa sair vitoriosa e fortalecida de todo este processo, presidente. Mais uma vez agradeço a V. Exa., como autoridade máxima do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, pelo trabalho que vem realizando. Sinto-me muito honrado e feliz com a atuação de V. Exa. à frente deste Parlamento. Muito obrigado a V. Exa. e aos demais colegas deputados.

O presidente – Muito obrigado, deputado Raul Belém. Vamos ouvir, agora, o deputado Guilherme da Cunha, agradecendo a V. Exa. pela contribuição no projeto que foi relatado pelo deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde à população de Minas; e especialmente o colega Glaycon Franco, que vejo que está também acompanhando a reunião. Feliz aniversário, Glaycon! Presidente, eu gostaria aqui de tratar de quatro assuntos diferentes: duas declarações de voto, uma explicação e um convite. Quanto ao projeto de lei que aprovamos hoje em relação às máscaras, gostaria de parabenizar tanto V. Exa quanto o autor, deputado Alencar, por duas razões. A primeira delas, pela apresentação do projeto, que tem inclusão em pauta; e a segunda, pela maneira como foi conduzida a tramitação: com uma abertura muito grande para o diálogo, para a colaboração e para a construção coletiva. Eu gostaria de saudar o relator, que conseguiu compilar a sugestão de vários colegas e que fez a gentileza de me mencionar em seu parecer, pelas contribuições realizadas. E eu gostaria de destacar algumas delas. Fico satisfeito de ter contribuído com o projeto, especialmente para que a gente retirasse a obrigatoriedade de que as máscaras fossem do tipo cirúrgico, pois isso poderia gerar um ônus, um custo muito grande para os estabelecimentos que vão ter que cumprir a norma, já que essas máscaras são mais caras, mas, principalmente, porque isso poderia gerar uma demanda muito grande por máscaras que são necessárias nos serviços de saúde, podendo gerar uma escassez para o hospital, para a clínica, onde são mais necessárias para o profissional que está ali enfrentando a doença, na trincheira, pelo cidadão. A segunda contribuição foi a gente limitar isso aos profissionais que estão em contato com o público, para que a gente não colocasse, como originalmente no projeto, o público consumidor tendo que usar máscara quando entrasse no estabelecimento, o que não faria muito sentido. Uma pessoa que entra, por exemplo, no mercado vai ter que pôr a máscara; sai do mercado e tira a máscara. O melhor é proteger a pessoa, o funcionário que está o tempo inteiro dentro do mercado e principalmente limitar o funcionário que tenha contato com o público. O terceiro ponto foi a gente conseguir incluir a advertência como um passo anterior à aplicação de qualquer penalidade, porque, mais importante que sair limpando todo mundo, é conseguirmos que Assembleia eduque e oriente o cidadão, para que tenha um comportamento mais seguro. Gostaria também, Sr. Presente, de lamentar que a ampliação do serviço para as concessionárias, serviços públicos, como Cemig e Copasa, conforme eu havia sugerido... Infelizmente, essa foi a única das minhas sugestões que ficou de fora. De toda maneira, parabéns a V. Exa, parabéns ao relator, parabéns também ao autor do projeto e pela maneira como tudo foi conduzido. Sr. Presidente, em relação aos decretos de calamidade e aos meus votos em branco, eu entendo a situação de vários municípios, a necessidade de apresentar os decretos à Assembleia. O meu posicionamento pelo em branco é porque eu faço uma questão muito grande da participação do Legislativo municipal nessas questões, uma vez que isso envolve as finanças do município. Então, como eu não estou em condição de avaliar se é realmente necessária a calamidade ou se não é, eu não estou votando “sim”; eu estou me manifestando em branco, dizendo que eu gostaria que os legislativos municipais também fossem convidados a participar dessas deliberações. Eles são os fiscais dos prefeitos, eles são quem mais conhece as finanças da própria cidade e quem pode, portanto, dizer se é necessário o decreto de calamidade, porque ele flexibiliza a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal no município e pode levar - se mal aplicado - a um desequilíbrio das contas públicas locais. Sr. Presidente, em relação ao esclarecimento do decreto das gratificações para os médicos, no sistema de saúde de Minas Gerais, acredito que esteja havendo um mal entendido de que isso seria um reconhecimento e valorização da classe médica, com uma negligência ou um esquecimento das demais categorias. Isso não é verdade. A gratificação é necessária por uma questão de equiparação salarial entre o médico, que já é efetivo do serviço, e aquele que está sendo contratado de maneira temporária para suprir a demanda de saúde, que está muito mais elevada nesse tempo de coronavírus. O Estado teve a autorização pela Assembleia de fazer contratação temporária de

servidores, e, para as demais profissões da saúde, a gente conseguiu encontrar no mercado pessoas interessadas em trabalhar pelo salário normal, que já é pago para o servidor efetivo. Chegou a formar-se até cadastro de reserva, para dizer a verdade. Apenas em relação aos médicos é que não encontramos os interessados para preencher todas as vagas necessárias. E foi necessário elevar a remuneração do temporário, para atrair mais pessoas e não deixar a população desassistida. O resultado disso é que o temporário estaria ganhando mais do que o efetivo, e isso não poderia acontecer. Por isso, foi necessária a gratificação. Então, não tem nada a ver com reconhecer uma categoria e ignorar a outra. Tem a ver apenas com a necessidade de atrair profissionais temporários. E, para a medicina, foi necessário um valor mais alto, devido à ausência de interessados num primeiro chamamento. Por fim, eu gostaria de fazer um convite, especialmente voltado ao colega André Quintão, que mencionou muito bem a necessidade de fazermos maior testagem, de conseguirmos diagnosticar melhor a situação do coronavírus em Minas Gerais. Quero lembrar ao colega que ainda está aberto o prazo para redirecionarmos emendas para ações próprias de combate ao coronavírus. Juntamente com o deputado federal Thiago Mitraud, um grande parceiro meu, estamos redirecionando R\$4.000.000,00 em verbas federais e estaduais, emendas federais e estaduais, para a Funed, para que façamos maior testagem da população e haja um combate mais efetivo à pandemia de coronavírus. Convido o colega André Quintão, portanto, a também direcionar algumas de suas emendas para a Funed para a testagem da população mineira, dessa maneira contribuindo com o que ele muito bem identificou. É um ponto essencial no combate à pandemia. Sr. Presidente, agradeço-lhe esse tempo adicional. Sei que me excedi, eram muitos tópicos para abordar. Agradeço também a maneira como tem sido conduzida a Assembleia virtual conosco e por, mesmo a distância, conseguir ter atenção, agilidade e efetividade ao pautar situações tão importantes para Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Professor Irineu – Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus; caros colegas deputados e deputadas. Quero cumprimentar o nosso amigo Glaycon pelo seu aniversário. Parabéns, Glaycon. Que Deus te ilumine muito. Sr. Presidente, quero dizer algumas coisas. Primeiro, fico muito feliz de poder, neste momento tão difícil, estar votando matérias tão importantes para o Estado de Minas Gerais, para o cidadão mineiro, a fim de que os municípios possam fazer a sua parte no combate ao coronavírus. Segundo, quero parabenizar V. Exa., o deputado Alencar, todos os nossos líderes e os deputados que contribuíram com esse projeto das máscaras. Isso é muito importante. A gente tem visto nos pequenos comércios o pessoal muito desprotegido. Então, eu acho que é um projeto que vem num momento muito especial para a gente garantir que esses trabalhadores estejam mais seguros. Portanto, parabéns a todos os envolvidos, sobretudo ao deputado Alencar pela proposta. Em terceiro lugar, presidente, também quero parabenizá-lo por estar convocando os secretários e os presidentes das autarquias para um debate, para esse encontro com os deputados. A gente tem recebido aqui muitas denúncias em relação à Cemig. As terceirizadas da Cemig estão procurando os pequenos e microempresários para cortarem a sua luz. Trata-se de uma situação muito delicada, e a Cemig precisa tomar providência em relação a isso. Não dá para os pequenos empresários, neste momento de dificuldade, terem sua energia cortada, quando os estabelecimentos deles dependem de freezer, de geladeira para não perderem seu material, os produtos que lá estão estocados. Então, presidente, eu gostaria muito que a Cemig tivesse atenção para que os terceirizados não fossem a essas empresas com proposta de fazerem esse corte. Aqui, em Contagem, já é a quinta pessoa que reclama que o pessoal da Selt está procurando-a para cortar sua luz. Então, eu acho que é uma situação muito delicada. Ao contrário da Copasa, temos recebido situações diferentes. A Copasa tem entendido este momento de dificuldade e tem colaborado, mas a Cemig, não. Por isso, talvez, a nossa dificuldade em conviver neste momento com a Companhia Energética de Minas Gerais. É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de expor neste momento, além de falar da nossa alegria de poder participar, mesmo a distância, dessas votações remotas. Quero parabenizar toda a equipe da Assembleia, todos os deputados que, de maneira muito aguerrida, têm trabalhado muito para que possamos sair dessa o mais rápido possível. Fica o meu abraço a todos e até a próxima.

O presidente – Muito obrigado, deputado Professor Irineu. Agradecemos sempre a V. Exa. a importante participação nesta Casa. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado – Boa tarde, presidente, deputados e deputadas, público que nos acompanha. Quero falar sobre os decretos de calamidade pública, em especial o decreto aprovado de Uberlândia, relatado pelo deputado Sargento Rodrigues. Quero dizer que encaminhei à assessoria o texto dessa emenda, que diz o seguinte - agradeço ao deputado por ter acolhido: “Art. 2º – A Prefeitura Municipal de Uberlândia encaminhará à câmara municipal, durante o período que perdurar o estado de calamidade pública, relatórios trimestrais detalhados para o acompanhamento, e as medidas adotadas durante o enfrentamento à pandemia”. Isso é fundamental, presidente. Creio que seja o único decreto que contém esse teor aqui, essa alteração, que garante minimamente um processo de fiscalização, de controle. Acho fundamental. Queria que fosse mais aprofundado, nos moldes em que a Câmara Federal fez, inclusive, garantindo a realização de audiências públicas bimestrais com a presença dos secretários de finanças dos municípios para a apresentação do detalhamento de todo esse processo da situação fiscal, o acompanhamento das contas e da execução orçamentária das medidas relacionadas ao enfrentamento do coronavírus. Mas nós conseguimos garantir aqui esse mecanismo de controle, que é o envio dos relatórios trimestrais à Câmara Municipal de Uberlândia. Quero agradecer e parabenizar o vereador Thiago Fernandes, que nos solicitou, solicitou ao gabinete que fizéssemos essa intervenção. Acho importante porque se trata de dinheiro público. Só para dar um exemplo, o deputado Weliton Prado enviou R\$1.000.000,00 de emenda impositiva para Uberlândia - e enviou para muitos outros municípios. Uberlândia vai receber, por exemplo, através de uma articulação e de um acordo, inclusive, que passou pelo trabalho do deputado Weliton Prado também na Comissão Mista de Orçamento da Câmara Federal, R\$20.000.000,00. Então, isso é dinheiro público, é o orçamento do povo e dever reaver... Independentemente do que está no decreto, os prefeitos não estão livres, isentos, do que diz a Constituição Federal quando fala dos princípios da administração pública: a transparência, a prestação de contas. Por isso acho justo que os legislativos municipais acompanhem e fiscalizem e que o Ministério Público também acompanhe. Estamos num ano de eleições e não podemos admitir que essa crise na saúde pública, essa pandemia possa ser usada para qualquer tipo de jogo político ou interesse público acima de tudo. O mais importante, neste momento, é salvar vidas, salvar vidas. Então, o prefeito não deve estar livre dos instrumentos de controle e deve usar essa autorização que estamos concedendo de maneira séria e consciente, respeitando a coisa pública sem fazer nenhum jogo. Acho fundamental. Por isso nós fizemos essa sugestão de alteração no texto, que foi importante, garantindo esse instrumento de fiscalização e de controle por parte da câmara municipal que receberá esses relatórios. E o prefeito – repito –, independentemente do que diz o decreto, pode ampliar esse processo de participação, realizar audiências públicas e dar toda a transparência possível na execução e na prestação de contas de todos esses recursos. Ele vai ficar, realmente, com uma autonomia muito grande, do ponto de vista administrativo e financeiro porque vai ficar livre de muitas amarras estabelecidas pelos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não se exime, de forma alguma, de fazer a devida prestação de contas de todos esses recursos à sociedade. Presidente, muito obrigado. Agradeço ao relator e parabeno todos os deputados. Obrigado.

O deputado Gil Pereira – Caro presidente, Agostinho Patrus, quero iniciar as minhas palavras agradecendo a V. Exa. Eu tinha feito uma solicitação para que o senhor intercedesse junto ao governador Zema, a fim de que não pudesse parar a Barragem de Jequitaí. Ele tinha cancelado todos os contratos e convênios. Fizemos essa solicitação a V. Exa. e, através também de Igor Eto, secretário de Governo, conseguimos que a obra continuasse a ser executada através desses convênios da Barragem de Jequitaí. Quero também, Sr. Presidente, fazer um agradecimento a todas as empresas que estão ajudando a Prefeitura de Montes Claros, a comunidade. Quero agradecer à Coteminas que doou um milhão de máscaras à Prefeitura de Montes Claros, para serem entregues a todas as pessoas, a todos os moradores da nossa cidade. Quero agradecer à Eurofarma, à Novo Nordisk, às Alpargatas que fabricam havaiana, a Vallée, ao Villefort. Quero agradecer também à Siamig, por meio do presidente Mário Campos, que nos doou 12.500 litros de álcool para todos os hospitais da nossa cidade de Montes Claros. Quero agradecer também às costureiras que, voluntariamente, têm feito máscaras para todas as pessoas que as estão procurando. Muitos cidadãos da cidade, muitas entidades estão se oferecendo para entrar nessa campanha e têm sido voluntários. Então, quero agradecer também às costureiras. E quero fazer um esclarecimento aqui, presidente. Existe uma orientação normativa do Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR – que fala sobre os procedimentos

para solicitação de reconhecimento federal especificamente para a pandemia de coronavírus. Esse reconhecimento vai sair publicado possivelmente hoje ou amanhã. No Estado, por meio da Cedec, foi encaminhado; inclusive, tínhamos feito também uma solicitação para agilizar que a Área Mineira da Sudene fosse reconhecida – e explico o porquê. O Banco do Nordeste, por meio da Resolução nº 4.798 do Banco Central, facilita ao Banco do Brasil que ofereça empréstimos de até R\$100.000,00 para todos os micro e pequenos empresários da Área Mineira da Sudene - dos 168 municípios da Área Mineira da Sudene, até R\$100.000,00, com taxa de juros de 2,5% ao ano, com seis meses de carência e 24 meses para pagar. Isso é para capital de giro e é muito importante para o Norte de Minas. E eu quero fazer um agradecimento ao Cel. Rodrigo Rodrigues, que nos atendeu prontamente e fez essa interlocução junto à Cedec, e ao secretário Igor Eto, que nos atendeu também por meio da solicitação que fizemos à Cedec e à Secretaria de Governo. Para finalizar, mais uma vez, quero parabenizar o nosso amigo Alencar da Silveira por essa brilhante ideia. Já tinha conversado com ele sobre a questão das máscaras, e realmente foi muito bem-aceito por toda a sociedade mineira o seu uso obrigatório. Parabéns, amigo Alencar da Silveira; parabéns, presidente Agostinho Patrus.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gil Pereira. Agradecemos, mais uma vez, a participação de V. Exa. e sua atuação tão importante nesta Casa.

Com a palavra, para declaração de voto, o 1º-vice-presidente desta Casa, deputado Antonio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, eu queria aqui, neste momento, manifestar meu sentimento de pesar pelo falecimento do Mons. Hilário Pardini. O Sr. Hilário Pardini faleceu em São Sebastião do Paraíso, onde viveu por mais de 40 anos, com 102 anos. Ele faleceu muito lúcido, essa é a realidade – até a menos de um ano, ele ainda tinha a capacidade de movimentar, de conhecer as pessoas e conversar. O Mons. Hilário é uma pessoa marcante na vida do povo de toda a minha região e, inclusive, na minha vida pessoal; é um grande mestre. Com sua liderança e dinamismo, ele foi um grande semeador, um semeador da palavra e um semeador das boas ações, tanto é que, quando estive à frente da Paróquia de São Sebastião do Paraíso, havia o sopão, todos os dias, para as famílias carentes, para as pessoas carentes; as pessoas não passavam fome. E não são só essas ações, não; há um monte de ações positivas. O Mons. Hilário ainda tinha uma grande oratória, e era comum, durante a pregação do sermão, do Evangelho, as pessoas baterem palmas porque ele era brilhante na forma de explicar e realmente empolgava as pessoas. Mons. Hilário realmente deixa a sua marca do verdadeiro cristão, um homem que tinha muita fé mas também muitas ações. Quero agradecer à Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, na pessoa do Dr. Fernando Montans Alvarenga, que cuidou muito bem do monsenhor Hilário. Acredito que, há uns quatro, cinco anos, ele já praticamente residia lá, na Santa Casa. A região está muito triste com a perda do monsenhor Hilário. Queria aproveitar e enaltecer também o trabalho aqui do governo do Estado, através do governador Zema. Estamos sempre de conversar com Fernando Passalio, levando sugestões. Agora, recentemente, sobre a inclusão da Faemg e do FCDL nesse comitê extraordinário para discutir a questão econômica do Estado, ações e soluções. Sugerimos inclusive agora colocar também a Ocemg, a Organização das Cooperativas, enfim, o grupo dos 11. É importante estar todos ali presentes. Queria enaltecer também o trabalho do BDMG, através do dinâmico e competente Sérgio Gusmão, que esta semana, numa tacada forte, coloca R\$1.000.000.000,00, junto com o governador Zema, à disposição dos empreendedores mineiros. Isso é muito importante também para aliviar parte do sofrimento dos nossos micros, pequenos comércios, de empresários de uma forma geral. Também foi inclusive ação nossa, junto ao governo, para que regulassem formas e instrumentos também para o transporte de trabalhadores da zona rural. Está chegando a colheita de café na nossa região, no Sul e no Sudoeste mineiro. É muito importante ter um transporte digno, um transporte que realmente possa transportar esses cidadãos até a lavoura de forma segura, com higiene, com aparatos ali, com aqueles instrumentos, com aqueles EPIs, de forma que esses trabalhadores não venham correr riscos. Enfim, estamos vendo aí realmente uma tragédia no Estado, no País e no mundo inteiro, mas vemos muita seriedade dos nossos governantes, tanto do governo federal quanto do governo estadual, quanto dos municípios. Há muita discussão, uma polêmica. Fecha, não fecha. Uns fecham mais, outros fecham menos. Mas de uma coisa tenho certeza: o prefeito que faz aquela ação, no meu entendimento, diferentemente de outros que se manifestaram, (- Falha na transmissão do áudio.) não vejo isso. Ninguém sabe o melhor modelo. Essa é a verdade. Com todas as ações

que cada prefeito faz no seu município, ele está visando ao melhor para a população. Ele pode até errar, mas na realidade ele está buscando o melhor. Há muita divergência, tanto de médicos, tanto do próprio ministro, do próprio presidente. Aí muitas vezes as lideranças ficam um pouco confusas. Não tem um modelo porque isso não existia antes. Nunca houve uma epidemia nessa proporção, que assustasse toda a população, e que tivesse um impacto não só na saúde, de forma gravíssima, como também um impacto econômico que vai demorar muitos anos para nós recuperarmos. É uma pena, porque o País estava já a caminho, apurando para o desenvolvimento, gerando bastante emprego, já numa condição financeira muito melhor. A Petrobras estava baixando os preços do combustível. Os juros nunca estiveram tão baixos. A infração nunca esteve tão baixa. Mas agora, tudo veio a perder e começa uma nova era, se Deus quiser. Passando logo, se Deus quiser, esse medicamento novo que foi anunciado hoje pelo ministro da Ciência e Tecnologia eu espero que realmente venha para ajudar a salvar vidas, melhorar e dar esperanças para que nós possamos voltar a ter um novo País, um novo Brasil. Que o povo possa fugir desse medo que tanto assola e dificulta a vida das pessoas. Muito obrigado.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputadas; boa tarde, deputados. Quero primeiro parabenizar o deputado Ulysses pelo brilhante relatório. Fizemos emenda. Fiquei muito feliz com a contemplação das emendas que fizemos, das sugestões para o projeto. Quero também dar os parabéns, parabenizar o presidente por conduzir e trazer os secretários até a Assembleia para que possamos fazer perguntas e saber como estão as ações do governo. E agora vai trazer o representante do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Agora farei a minha declaração de voto. Votei “sim” a todos os decretos de calamidade, acreditando que é importante que os prefeitos agora possam lidar com o orçamento de forma mais flexível, mas também que lhes garantam ações de cunho social, como o governo federal fez e como governo do Estado tem tentado fazer. Contudo, que a política local e que as autoridades locais também apresentem ações que possam contribuir com a geração de renda e atender àqueles que estão neste momento sem condição de trabalhar e que precisam garantir o isolamento. Quero também declarar meu voto “sim” ao projeto que garante o uso da máscara, porque acredito que a proteção individual garante e diminui o número de contágio. Quero ainda dizer que o uso da máscara não pode servir de argumento para que se flexibilize o isolamento. O uso da máscara é para proteger as pessoas e garantir um número mínimo de contágio, o que precisa ser garantido pelos estabelecimentos para que não recaia sobre o trabalhador. O meu voto “sim” é nesse sentido. Não poderia deixar de registrar aqui que também fico satisfeita com a decisão do tribunal de Minas Gerais, que garantiu a liminar que suspende o retorno das aulas. O intuito dessa liminar é justamente garantir que o isolamento permaneça. Aliás, percebo que não há um movimento do governador Zema no sentido de tentar flexibilizar ou quebrar o isolamento, e isso é muito perigoso. É importante ainda registrar que a única forma de se garantir que as pessoas não tenham contágio é manter o isolamento. Não existe, no mundo, nenhuma outra resposta que tenha sido mais significativa, a não ser o isolamento. Não existe vacina, não há cura, apenas o uso de equipamentos de proteção, que são complementos ao isolamento. Também queria registrar que vejo com muita preocupação, presidente, a possível demissão do ministro da Saúde. Seja quem estiver nessa pasta, é preciso manter o isolamento e é preciso manter as orientações de nível internacional dentro do nosso país. Por isso ainda vejo, com preocupação, a motivação da exoneração do ministro da Saúde, caso isso venha a acontecer. Outra coisa é dizer que o uso da máscara é importante, assim como o isolamento, mas o governo do Estado precisa, sim, ter um compromisso com a Funed, com a Fundação Ezequiel Dias. E é importante dizer também que não é papel de emenda parlamentar garantir políticas essenciais. Então para que haja o aumento dos testes e pesquisas, precisamos que o governo do Estado tenha compromisso com a ciência e a tecnologia, como política de estado, e não apenas para atender só como emenda parlamentar. Para finalizar, presidente, também vejo com muita preocupação a medida que foi aprovada na Câmara Federal, de madrugada, instituindo a carteira verde e amarela. É mais um deboche do presidente da República atacando novamente os trabalhadores. Foi preciso uma luta histórica para garantir direitos trabalhistas, e, num momento tão sensível, o presidente continua insistindo num projeto já falido, que é colocar a economia à frente da vida das pessoas. Então também quero registrar o meu profundo incomodo quanto a isso, bem como a rejeição que tenho a esse modelo que cada vez mais aprofunda a desigualdade social e ataca diretamente os trabalhadores. Nesta declaração de voto, quero dizer que estamos, sim, trabalhando para garantir que não só o governo do Estado, mas também que as prefeituras tenham condições de lidar com essa situação e com um

orçamento mais flexível, mas o nosso compromisso continua sendo manter o isolamento e manter a vida das pessoas. Em Chicago, nos Estados Unidos, temos visto que a maioria do povo que morre e que vem morrendo na América é o povo preto e pobre. Então a garantia da vida das pessoas sempre virá à frente de qualquer outra medida, de qualquer outra preocupação e de qualquer outro elemento que vier para este debate.

O deputado Doutor Jean Freire – É isso aí, Sr. Presidente, diretamente do Jequitinhonha! Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputadas e deputados. Quero lhe parabenizar pelos trabalhos, pela maneira com que tem conduzido os trabalhos nesta Assembleia. Eu tenho dito, Sr. Presidente, que graças a Deus sempre fui um deputado dado a trabalho e, nesses dias, não tem sido diferente. São várias as reuniões. Hoje mesmo tive uma belíssima reunião com artistas; ontem tive uma reunião com extensionistas da Emater, da agricultura familiar; amanhã nós teremos com as mulheres, para debater essa questão do coronavírus. Sr. Presidente, quero dizer dos decretos de calamidade. Hoje estive conversando com o prefeito de Teófilo Otôni, que vai encaminhar a esta Casa um ofício – nós já encaminhamos também. Ontem o Estado demonstrou preocupação com o número de leitos em Teófilo Otôni, nossa macrorregião que atende ao Mucuri, ao Baixo e ao Médio Jequitinhonha. Quanto a essa possibilidade que a Assembleia nos deu de realocar as emendas parlamentares, estou colocando na cidade de Teófilo Otôni o equivalente a R\$400.000,00 para, junto com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a Defensoria Pública, nas pessoas da Dra. Lígia e do Prof. Leonel, que entrou em contato conosco pela universidade, possamos ter um laboratório para atender a região do Mucuri, parte do Rio Doce, do Baixo e do Médio Jequitinhonha – o Alto Jequitinhonha já está coberto pelo atendimento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lá em Diamantina. Então essas são as medidas que nós temos tomado. Amanhã nós lançaremos esse projeto na cidade de Teófilo Otôni. Sr. Presidente, há duas questões que me preocupam muito. Uma delas é quanto aos artistas. Fizemos uma reunião hoje, e os artistas estão entre os primeiros a serem afetados e serão os últimos a poder voltar ao trabalho. Por causa das aglomerações, os músicos, com certeza, serão os últimos. A outra questão que me preocupa, como muito bem colocado pela companheira Andréia, diz respeito aos negros, aos quilombos. Há demonstração de que, no Brasil, os negros têm sido mais afetados pela patologia, pela Covid-19. Então existe preocupação com essas comunidades, de como está chegando a assistência a elas. Volto a colocar aqui a preocupação, o cuidado com quem cuida das pessoas. Hoje nós votamos aqui o projeto de lei sobre o uso das máscaras, e eu fiquei muito feliz com a nossa colaboração. Há dois projetos de minha autoria: o PL nº 1.827 e o PL nº 1.826, que foram anexados. Fico feliz por ter colaborado com essa discussão. Quero também deixar registrado que não podemos deixar faltar material de EPI para as pessoas que cuidam das outras, os médicos, os enfermeiros, todos os servidores da área de saúde. No início de abril, nós já tínhamos deixado um requerimento para dar abono a todas as pessoas que trabalham na área de saúde. Nós esperamos que o governo cumpra isso. Um grande abraço, Sr. Presidente; um grande abraço ao povo mineiro.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire.

Vamos ouvir agora a deputada Rosângela Reis, que é a autora do projeto de situação de calamidade de Ipatinga. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis – Boa tarde, presidente; boa tarde, nobres pares. Eu quero aqui, presidente, agradecer a oportunidade de falar aqui para Minas Gerais. Quero também parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Assembleia Legislativa. V. Exa. tem o meu total apoio. Sei da sua autonomia para decidir as relatorias. Tenho a certeza de que, na condução da Mesa, o senhor tem apoio; o senhor não está fazendo sozinho, está fazendo junto com a Mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Quero, aqui, agradecer aos nobres pares o apoio ao projeto de lei de minha autoria, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Ipatinga, em decorrência da pandemia da Covid-19 - Projeto de Lei nº 78/2020. Na semana passada, presidente, nós votamos vários projetos dessa natureza. Votamos esta semana também vários projetos de vários municípios. Como eu disse e nós sabemos bem, os municípios estão com dificuldade financeira há muito tempo, desde o não repasse do ICMS aos cofres municipais pelo Estado. Houve esse desencadeamento, agora, ainda mais pelas dificuldades que nós estamos tendo desse vírus que

está alarmando a todos, amedrontando a todos nós e que nos traz uma iniciativa primitiva, no sentido de poder trazer o isolamento social. É importante, sim, o isolamento. É a forma que foi encontrada para evitar mais danos, como ocorreu na Itália, como ocorreu na Alemanha. O País está no caminho certo. Graças a Deus, os números estão controlados, e Minas está com dados diferenciados. Eu quero parabenizar o secretário de Saúde pela condução dos trabalhos. Agora, essa questão da autonomia aos prefeitos das contas públicas não exime de que as câmaras municipais e o Tribunal de Contas cumpram o seu papel. Nós sabemos que a Assembleia Legislativa tem este poder de flexibilizar junto com os prefeitos, mas quem vai fiscalizar... Eu votei favorável a todos os projetos de lei, porque entendo que as câmaras municipais vão ter o poder. Mas eu sou, presidente, do equilíbrio. Defendo que também os comércios que hoje, na maioria, estão funcionando no interior mantenham o equilíbrio e sejam monitorados e controlados diariamente pelos prefeitos municipais, que também são os donos das canetas e podem definir. Mas é importante que a Assembleia Legislativa possa colocar também o limite para compra de medicamentos, respiradores, equipamentos voltados para a calamidade do vírus, que está prejudicando a todos. Então nós estamos buscando uma alternativa para que a Assembleia Legislativa controle mais esse poder, faça mesmo que os prefeitos possam ter essa autoria e que os prefeitos tenham condição de fazer a coisa certa. Nós sabemos que haverá uma eleição pela frente. Estamos a cinco meses das eleições municipais, e nós temos bons prefeitos, e temos maus prefeitos também. Os prefeitos vão fazer de tudo para ganhar as eleições. Então essa é a nossa preocupação também com a questão dos projetos de resolução que são votados na Assembleia Legislativa. Por isso é preciso que os prefeitos tomem esse cuidado e que sejam fiscalizados pelas câmaras municipais. A questão do comércio. Quero deixar uma preocupação aí quanto aos comércios, como o shopping (- Falha na transmissão do áudio.) de Passos e de Ipatinga. Nós temos vários comerciantes no município, e não é um grande shopping (- Falha na transmissão do áudio.) e que dá grande (- Falha na transmissão do áudio.) voltar de uma maneira mais devagar. Que esses comerciantes possam retomar as suas atividades. Essa é uma defesa que eu faço, porque há muitos que não aguentam mais 15 dias. Não vão aguentar, eles não têm capital de giro, eles estão com dificuldades de se manter; alguns vão fechar e alguns vão ficar na mão de agiotas, vão ficar na mão de bancos para buscar o financiamento para ainda ter ali a sua tentativa de sobrevivência. E aqueles que vivem do comércio também precisam de respirar, eles precisam voltar a funcionar para ali manter também a sua família. É essa uma preocupação que eu deixo, e nós precisamos de buscar um equilíbrio para que haja esse funcionamento de uma maneira gradativa. A gente sabe que os prefeitos têm autonomia, mas também é preciso já buscar alternativas da Assembleia Legislativa, dos próprios deputados que têm colocado essa preocupação também do comércio na Vale do Aço. Nós já tivemos um reflexo grande da crise passada, quando vários comércios já haviam fechado – a Usiminas desligou dois autofornos, foram demitidas mais 300 pessoas esta semana. As demissões estão acontecendo, presidente. Então, essa é a preocupação que eu deixo. Há também a deficiência de leitos de UTI no Vale do Aço para atender esses casos de coronavírus. Então, eu solicito ao secretário de Saúde também que olhe pelo nosso Vale do Aço, que dê esse apoio para que abra e melhore essa questão dos leitos de UTI no Vale do Aço, pagando, assim, os médicos do Vital Brazil - não foi acertado com os médicos do Vital Brazil, e eles estão trabalhando. Então, essa a solicitação que eu faço. Quero agradecer, presidente, mais uma vez, a oportunidade de mencionar isso aqui e de ser a voz do nosso Vale do Aço, que é tão importante para a economia do nosso estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de quarta-feira, dia 22, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/4/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 20/4/2020, Bárbara Cristina Rabelo, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Hudson André Francisco, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando José Luiz Baia Henriques, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando, a partir de 22/4/2020, Ludmila Gomes Diniz, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Maria Tereza de Jesus, padrão VL-49, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 17/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 054/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/5/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de módulos controladores programáveis.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.